



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013489-82.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**
 Impetrante: **José Vandir Seta**
 Impetrado: **Gerente da Agência Ambiental de São Carlos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por JOSÉ VANDIR SETA, figurando como autoridade coatora o Sr. gerente da CETESB, sob o fundamento de que tem justo receio de que a autoridade coatora lhe exija o cumprimento das obrigações e pagamento das multas previstas nos Termos de Compromisso de Instituição de Recomposição da Reserva Legal n. 82484/2010 e Termo de Responsabilidade de Preservação de Reserva Legal n. 102489/2010, pois havia se comprometido a adotar medidas no sentido de recompor a área de Reserva Legal do Sítio Três Marias, conforme previa a legislação vigente à época. Contudo, com o advento do Novo Código Florestal, requereu a revisão de referido compromisso, pois o novo diploma isenta o pequeno proprietário rural da obrigação de constituir Reserva Legal, além de permitir expressamente a revisão de compromissos de constituição de reserva legal, mas a autoridade coatora rejeitou o seu pedido, tendo interposto recurso, que também foi rejeitado, conforme Carta 347/16/ CGC de 21/09/16, na qual se consignou que a não apresentação, no prazo de 60 dias, de Relatório da área de Plantio, retratando as medidas e obrigações previstas nos Termos de Compromisso, seria entendida com descumprimento, podendo ensejar a sua execução, além da aplicação das referidas sanções, o que seria ilegal, diante da atual legislação, que permite claramente a revisão dos termos de compromisso firmados. Alega, ainda, violação do devido processo legal administrativo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A liminar foi indeferida, tendo sido interposto agravo de instrumento, ao qual foi dado provimento.

A CETESB prestou informações, alegando que, na propriedade do impetrante havia uma Destilaria em operação, que necessitava de licenciamento ambiental e, para que pudesse obter a renovação de sua licença, houve vinculação à regularização da Reserva Legal, com recomposição e averbação na matrícula, sendo que o próprio impetrante, antes de tais exigências, visando a continuidade da operação, apresentou requerimento e documentos para que pudesse averbar a Reserva Legal, tendo sido feita uma vistoria na Fazenda e, ante o que constatado, foi firmado o Termo de Compromisso e Instituição de Recomposição ou Compensação de Reserva Legal. Ocorreu, contudo, que, diante da constatação de que o impetrante não cumpriu as obrigações assumidas, em 19/12/14, lhe foi encaminhada correspondência para que cumprisse, dando-lhe prazo para tanto, tendo havido dois recursos administrativos, que foram indeferidos. Sustenta que a obrigação foi criada na época em que era exigível, não tendo havido qualquer ilegalidade ou arbitrariedade, sendo de se aplicar o princípio do não retrocesso, impedindo que o impetrante se beneficie de sua própria torpeza.

O Ministério Público manifestou-se (fls. 128), opinando pela denegação da segurança.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

É o caso de se denegar a segurança.

O objetivo da realização de Termos de Compromisso de Instituição de Recomposição e Preservação de Reserva Legal é contribuir para a preservação da diversidade biológica, a fim de evitar o esgotamento dos recursos naturais.

O meio ambiente é consagrado como um direito humano, que não pode ser desrespeitado em prol do interesse particular.

O retrocesso na proteção ambiental implica ameaça à própria saúde pública, o que não pode ser aceito devendo prevalecer o interesse coletivo da Humanidade.

Não se pode reduzir ou revogar regras de proteção ambiental, sob pena de impor às gerações futuras um ambiente mais degradado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De se anotar, ainda, que a Constituição Federal (art. 225), estabelece como imperativo jurídico à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de que “Ante o princípio da melhoria da qualidade ambiental, adotado no Direito brasileiro (art. 2º, *caput*, da Lei 6.938/81), inconcebível a proposição de que, se um imóvel, rural ou urbano, encontra-se em região já ecologicamente deteriorada ou comprometida por ação ou omissão de terceiros, dispensável ficaria sua preservação e conservação futuras (e, com maior ênfase, eventual restauração ou recuperação). Tal tese equivaleria, indiretamente, a criar um absurdo cânone de isonomia aplicável a pretensão direito de poluir e degradar: se outros, impunemente, contaminaram, destruíram, ou desmataram o meio ambiente protegido, que a prerrogativa valha para todos e a todos beneficie” (REsp 769753/SC, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10/06/2011).

Sendo assim, não se pode invocar a Lei 12.651/12, como argumento para não cumprir o compromisso assumido e protegido pelo manto do ato jurídico perfeito.

Por outro lado, pelos documentos juntados, não se verifica desrespeito ao devido processo legal, na seara administrativa, pois foi garantido o contraditório, oportunizando-se, inclusive, a interposição de recurso, não se demonstrando nenhum prejuízo advindo da suposta ausência de parecer do Departamento Jurídico da CETESB.

Acrescente-se, por fim, que o impetrante livremente assumiu as obrigações, sem qualquer vício do consentimento, não podendo agora, depois de ter obtido a renovação da licença, querer delas se esquivar, em prejuízo do meio ambiente.

Ante o exposto, DENEGO a segurança, julgando o processo com resolução do mérito, arcando o impetrante com as custas processuais.

Sem honorários advocatícios, ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

P I

São Carlos, 25 de setembro de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**